



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio**  
**Gabinete da Presidência**  
**Memória da Reunião do Comitê Gestor**

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Presidência do ICMBio, às 9h30, teve início a reunião com os seguintes participantes: **Roberto Ricardo Vizin** (Presidente), **Silvana Canuto Medeiros** (Diretora da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN), **Marcelo Marcelino de Oliveira** (Diretor da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - DIBIO), **Giovanna Palazzi** (Diretora da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação - DIMAN), **Carlos Vitor Andrade Bezerra** (Procurador-Chefe Nacional da Procuradoria Federal Especializada - PFE/ICMBio), **Maria Iolita Bampi** (Chefe de Gabinete), **Tatiana Rehder** (Assessora da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação – DISAT), **Bernardo Ferreira Alves de Brito** (Coordenador Geral Substituto da Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação – CGCAP/DIMAN) e **Daniel de Miranda Pinto de Castro** (Coordenador da Coordenação Geral de Gestão Socioambiental – CGSAM/DISAT).

**Pauta:**

1. **Áreas prioritárias para a criação de unidades de conservação; e**
2. **Câmara de Conciliação – Gestão de Conflitos (DISAT).**

**Deliberações:**

1. **Áreas prioritárias para a criação de unidades de conservação.**

Com relação ao tema áreas prioritárias para a criação de unidades de conservação, a Diretora Giovanna Palazzi iniciou a explanação sobre o assunto, apresentando um documento contendo três tabelas: (i) a primeira referente aos processos de criação de unidades de conservação federais encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA); (ii) a segunda sobre os processos de criação de unidades de conservação federais no ICMBio, com consultas públicas realizadas e possibilidade de envio ao MMA em curto prazo e (iii) a terceira referente aos processos de criação de reserva biológica e estação ecológica no ICMBio, com estudos básicos realizados, mas sem consultas públicas.

Foi explicado que a elaboração desse documento teve por objetivo alinhar e avaliar as propostas de criação em fase final e verificar quais propostas poderão ser trabalhadas para a sua conclusão no dia do Meio Ambiente. O Diretor Marcelo Marcelino levantou a importância de inserção das variáveis de proteção de espécies ameaçadas e mudanças climáticas, no âmbito da avaliação das propostas de criação. Nesse sentido, ele sugeriu a realização de uma reunião da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN) com a Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO) para verificar a aplicação dessas variáveis no processo de seleção das mencionadas propostas.

Para a tratativa desses assuntos foi apontada a necessidade de realização de uma reunião com o Departamento de Áreas Protegidas (DAP) do MMA.

Com relação aos procedimentos de criação foi verificada a necessidade de se avaliar os estudos mínimos, imprescindíveis à elaboração das propostas, bem como o momento e a instância mais adequada para a realização de consultas aos outros órgãos de governo. Neste sentido, foi avaliada a possibilidade de se trabalhar em dois atos normativos diferenciados. O primeiro, disciplinando os procedimentos internos do ICMBio e o segundo, dispendo sobre as consultas formais do MMA às outras instâncias de governo, sendo que este poderá ser feito nos moldes da portaria de consulta do MDA, recentemente publicada.

## **2. Câmara de Conciliação – Gestão de Conflitos (DISAT).**

A Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (DISAT) apresentou os seis casos de sobreposição entre territórios quilombolas e unidades de conservação, conforme abaixo relacionado, que se encontram em discussão no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) da Advocacia-Geral da União (AGU), resgatando informações sobre a tramitação dos processos destes casos, que foram encaminhados à CCAF/AGU, no ano de 2008, para tentativa de resolução consensual.

(i) Reserva Biológica do Guaporé e Território Quilombola Santo Antônio do Guaporé

Aguarda-se posicionamento oficial sobre a proposição de alteração de limites, que se encontra na Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

(ii) Reserva Biológica Mata Escura e Território Quilombola Mumbuca

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) irá propor a redefinição de limites da unidade de conservação, deixando de fora a área quilombola. Há necessidade de reassentamento de 40 famílias (comunidades tradicionais), que continuam dentro da Reserva.

O Senhor Marcelo Marcelino ressaltou a necessidade de se garantir a proteção dos muriquis e, sendo assim, recomendou que as áreas de ocorrência desta espécie sejam mantidas dentro dos limites da referida Reserva Biológica.

(iii) Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral e Território Quilombola São Roque

Ficou mantida a posição anteriormente definida pelo Comitê Gestor, que é a seguinte: o ICMBio é favorável ao reassentamento das famílias localizadas dentro destes parques. A assinatura do Termo de Compromisso está prevista para o próximo dia 20 de abril.

(iv) Parque Nacional do Jaú e Território Quilombola Tambor

Foi apresentada uma proposta de redefinição dos limites do Parque Nacional do Jaú e da Reserva Extrativista do Rio Unini, construída pelo Conselho da Unidade, que contempla a reterritorialização de 23 famílias residentes na comunidade do Tambor na área de ampliação da referida Reserva. Esta proposta, para ser viabilizada, precisa ser

construída junto às famílias. Nesse sentido, representantes do ICMBio, INCRA e da FCP pretendem viajar para a região no próximo dia 30 de abril. Foi ainda solicitado que as demais famílias (19), que se encontram ao longo do Rio Jaú, sejam, igualmente, instadas a serem reterritorializadas. Também foi ressaltada a necessidade de se discutir com o INCRA, o ônus do reassentamento.

#### (v) Parque Nacional do Cabo Orange e Território Quilombola Cunani

Foi ressaltada a oportunidade de construção de uma proposta conciliadora, junto ao INCRA, antes da publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), o que foi apontado como um avanço importante na agenda. O encaminhamento definido foi que essa proposta seja elaborada pelas áreas técnicas das diretorias do ICMBio e do INCRA, a fim de identificar possibilidades de acordo a serem apresentadas para o Comitê Gestor.

#### (vi) Reserva Biológica do Rio Trombetas

Foram apresentados os possíveis cenários sugeridos pelo INCRA, deliberando-se pela construção de uma proposta, tecnicamente embasada, para ser apresentada ao Comitê Gestor (proposta de pauta para o dia 24 de abril). Para tanto, o chefe da Reserva Biológica do Rio Trombetas virá a Brasília, nos dias 22 e 23 de abril, para ajudar no estudo da sobreposição com o território quilombola, detalhamento dos cenários e desenho de referida proposta técnica.

Foi ainda acertado que cada Diretoria deverá indicar um representante para trabalhar, em conjunto com a DISAT, na construção de propostas para os casos de Cabo Orange e Trombetas. Também deverá ser providenciada a indicação de representantes institucionais para a CCAF.

Na oportunidade, foi solicitado ao Comitê Gestor providenciar o resgate do fluxo de análise e deliberação desta instância sobre cada caso tratado na Câmara de Conciliação, a fim de garantir que a representação do Instituto Chico Mendes, nesta Câmara, reflita efetiva posição institucional a respeito dos casos em questão.

Diante da ausência de resolução dos referidos processos, até a presente data, o Consultor-Geral da União foi instado, pelo Ministério Público Federal (MPF), a promover a conciliação ou a arbitragem dos processos quilombolas que tramitam na CCAF, no prazo de 180 dias, ou seja, até o dia 13 de maio de 2013. Dentro deste contexto, por iniciativa da CCAF e da Consultoria-Geral da União (CGU) foram marcadas várias reuniões setoriais para dar andamento ao processo conciliatório e uma reunião geral na CCAF, com a presença dos presidentes das instituições envolvidas, que acordou uma sequência de reuniões, conforme cronograma abaixo:

- Dia 18/04, 14h30, na CCAF - Cunani x Parque Nacional do Cabo Orange/AP (tendo em vista a apresentação do INCRA do mapa da área em discussão, o ICMBio deverá, nessa data, apresentar possíveis alternativas para a solução da controvérsia).
- Dia 23/04, no ICMBio - reunião técnica do INCRA, Fundação Cultural Palmares (FCP), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR) e ICMBio para tratar do processo do Alto do Trombetas x Rebio do Rio Trombetas/PA.

- Dia 24/04, 14h30, na CCAF - Alto do Trombetas x Rebio do Rio Trombetas/PA.
- Dia 25/04, 14h30, na CCAF - Mumbuca x Rebio da Mata Escura/MG (assinatura do Termo de Conciliação). Encaminhado no dia 12/04/13.
- Dia 29/04, 14h30, na CCAF - São Roque ou Pedra Branca x Parque Nacional de Serra Geral e Aparados da Serra.
- Dia 30/04, no ICMBio, reunião com o gestor do Parque Nacional do Cabo Orange, INCRA e FCP.

Outra deliberação referiu-se ao compromisso de se realizar uma reunião com os integrantes da comunidade Tambor, em Novo Airão/AM, no próximo dia 30 de abril, bem como informar à CCAF sobre os encaminhamentos assumidos.

Na oportunidade, foi informado que, em breve, será recebida a minuta de termo de conciliação (Mumbuca x Rebio da Mata Escura/MG), que deverá ser analisada e assinada.